

## VIDA NA IDADE MÉDIA

Embora à época em que nos detemos, em torno de 1350, século XIV, estivéssemos caminhando para a Renascença, os fortes liames entre o obscuro primeiro período medieval e o início do segundo, com a organização das primeiras monarquias pós-carolíngicas, não ofereciam risonhas perspectivas à vida social.

Para que o leitor amigo compreenda o que significaram os tempos medievais, no que tange à vida em si das pessoas, farei uma breve síntese.

A Idade Média tradicionalmente divide-se em dois períodos, embora não nos devamos esquecer de que a evolução humana é contínua, e suas etapas sucessivas refletem as conquistas, acertos e erros dos povos, dentro de uma seqüência uniforme, sem solavancos.

Assim, a primeira parte que vai de 400 a 800 d.C, considerada por muitos uma noite de nossa história, tem importante significado no *continuum* evolutivo de que falei acima.

Contudo, permanece mais esquecida, porque a estruturação político-administrativa, que deu grande impulso à futura definição das diversas nacionalidades, surgiu apenas em seu último século — o oitavo de nossa era — com a dinastia carolíngica fundada por Carlos Martel e cujo mais destacado representante foi o imperador Carlos Magno.

É evidente que devemos também ressaltar a importância da dinastia merovíngica, fundada por Clóvis — que reinou de 481 a 511 — ainda no início da Idade Média.

Nesse período lúgubre, fermentaram as idéias maniqueístas de Céu e Inferno, que, aliás, perduraram com grande ênfase, até a Renascença no século XVI e avançaram pelos séculos posteriores, com as profundas marcas religiosas da Reforma e da Contra-Reforma.

Como nos assevera Miguel Domingues:

... nunca chegaremos a conhecer o Homem medieval sem nos integrarmos mentalmente na época em que ele viveu, sem respirarmos, por um esforço prodigioso de vontade, a atmosfera em que ele se criou, toda povoada de anjos e demônios, de visões luminosas do Paraíso e aparições tenebrosas do Inferno.

Destaca-se, no fim desse período medieval, o surgimento e crescimento progressivo do feudalismo, que fortaleceu o poder dos nobres, que, encastelados em seus feudos, arrostavam, muitas vezes, a autoridade real.

De 800 até 1453 — ano da tomada de Constantinopla pelos turcos e queda do Império Bizantino — temos o segundo período da Idade Média.

A partir do ano 1000, o feudalismo começou a enfraquecer-se com o fortalecimento das monarquias nacionais e consequente aumento do poder real, que atingiu seu ápice com o absolutismo francês de Luiz XIV, o Rei Sol, no século XVII — absolutismo, aliás, contestado e revisto pela Revolução Francesa em 1789.

É preciso ressaltar que, no pequeno pedaço de terra — Portugal — onde nos situamos, com a triste história de Inês de Castro, o poder feudal, embora influente, não alcançou os extremos que observamos na França.

Chegamos a 1350, epicentro de nosso livro, com as classes sociais divididas em nobreza, clero e povo. Essas classes formavam os três Estados que participavam das Cortes,

denominação das assembléias periódicas, que se realizavam com a presença real.

Sobre o clero, não me deterei, por quanto há numerosos estudos históricos e religiosos a respeito. Ressalto que, na vida de Inês e D. Pedro, há a participação de membros da Igreja, que, com seu respeito à dor, escreveram belas e comoventes páginas de amor e solidariedade.

Haja vista, naqueles momentos de agudo sofrimento, a nobre presença da freira do Convento de Santa Clara, ataviando o corpo de Inês deformado pelo cepo, e a do Bispo da Guarda, D. Gil, que coonestou o casamento de Pedro e Inês — pretensamente realizado antes do falecimento da bela galega bastarda — talvez em respeito à amargura que D. Pedro carregava no peito.

Vale lembrar que o clero atuava do ponto de vista político e militar, em Portugal, por meio de três ordens armadas: a Ordem dos Hospitalários, a Ordem de Avis e a Ordem do Cristo, esta fundada por D. Dinis.

Todas tendo importante participação na vida do reino, não obstante seu natural declínio, com a expulsão dos sarracenos e o fim

das cruzadas.

Falando da nobreza e realeza, recordemo-nos dos castelos de pedra frios, escuros, úmidos, sem conforto. As condições de higiene e as agruras da vida ascética limitavam a idade útil das gentes, com os sofrimentos físicos e morais e as mortes prematuras.

Os filhos dos nobres muito precocemente participavam de exercícios militares incompatíveis com sua idade. Pela ausência de perspectivas, atingiam o fim da juventude limitados pelas poucas idéias inerentes à nobreza:

- A defesa de suas terras, a inaudita violência na pilhagem do vizinho ou de caravanas descuidadas que passavam em seus domínios e as guerras forjadas com outros nobres mais fracos para de seus bens se apropriar;
- As guerras maiores, ora com o inimigo de outros reinos, como em Portugal ocorria com respeito aos reinos hispânicos da Península, sobretudo Castela, ora com o inimigo maior com que toda a Península

convivia desde 709, com a invasão sarracena;

- E a cobrança de impostos e taxas humilhantes, cerceando a vida aos pobres camponeses e pequenos artesãos. Muitas dessas taxas feudais somente foram abolidas na França alguns séculos mais tarde, a partir de 1789.

Os nobres não estimulavam os filhos ao exercício de profissões, não cultivavam o comércio e muitas vezes se viam constrangidos a empenhar as filhas em casamento com agitadas de que se socorriam.

Essa visão distorcida fez com que a nobreza perdesse terreno à crescente influência da burguesia, composta de artesãos, pequenos proprietários, comerciantes e profissionais especializados, como médicos e juristas. Estes, oriundos de universidades criadas na época, sob a influência dos reis, como a Universidade de Coimbra, fundada por D. Dinis.

Os monarcas pretendiam provocar, com sua ação no campo da cultura, o enfraquecimento do poder dos nobres e do clero.

A burguesia foi, assim, sedimentando-se com maior vigor, fortalecendo o terceiro estado e aumentando-lhe o poder nas já citadas cortes.

O terceiro estado, com sua composição heterogênea, era mais aliado dos reis, na época que destacamos, do que a própria nobreza, perdida em sua idéia acanhada de apenas preservar o estômago, o relativo conforto e as suas terras.

Credite-se, contudo, à nobreza o surgimento dos cavaleiros e seu código de ética, com crescente participação na vida dos reinos, na segunda fase da Idade Média. Sem dúvida, algo melhor a arejar o limitado descortino dos fidalgos.

Quanto ao povo, fundamentalmente representado por camponeses e pequenos artesãos, o sofrimento era muito maior.

Se poucos nobres davam-se ao luxo de lavar as mãos em uma bacia de prata, enxugando-as com toalhas debruadas de dois palmos de largura, igualmente poucos membros do povo se destacavam da condição miserável que lhes infligia duros sofrimentos.

Moravam mal, sem qualquer mínimo

conforto, passavam frio e fome e eram os primeiros a sofrer os embates das crises freqüentes, decorrentes dos rigores do inverno, das guerras e das pestes.

As crianças deixavam de sê-lo em tenra idade, trabalhando escravizadas por superiores que não eram necessariamente nobres. Os jovens continuavam a saga de seus pais sem estudo ou outras perspectivas além das suas atribuições rotineiras e desgastantes.

Entre os pequenos artesãos, comerciantes e camponeses, aqueles que conseguiam destacar-se sofriam tais agruras em menor intensidade, mais assemelhados à nobreza.

Na Idade Média, a vida era difícil para todos, independentemente da classe social a que pertenciam.

Sobreviver aos 40 anos já era um privilégio, até porque as guerras e as pestes faziam parte das desilusões cotidianas.

Sob a luz mortiça dos candeeiros, contabilizavam-se as perdas inelutáveis, e se excogitava sobre os efeitos das pestes freqüentes.

Mesmo dentro do período central deste livro, entre 1347 e 1352, a Europa prestou

contas à Peste Negra, provavelmente trazida da longínqua Criméia por navegantes genoveses.

A Grande Peste atingiu em peso a Europa Ocidental, com incursões pela Sicília, França, Inglaterra, Península Ibérica e Europa Central, avançando até a Escandinávia e confins da Polônia e Rússia.

Ceifou 25 milhões de vítimas, número correspondente a 1/3 da então população da Europa Ocidental. Não era fácil viver na Idade Média, com a privação de tudo e até dos anseios afetivos.

Lembramos que em Portugal — além dos efeitos da Peste — terrível seca assolou o país dois anos antes da morte de D. Afonso IV, creditando o povo tal flagelo à decapitação de Inês de Castro.

## CASAMENTO DE PEDRO E CONSTANÇA — O INÍCIO...

Em agosto de 1340, sob o reinado de Afonso IV, celebram-se em Lisboa as cerimônias de casamento entre o infante D. Pedro e D. Constança Manoel, do vizinho reino de Castela.

A união foi sacramentada segundo as razões de Estado e não do coração, envolvendo interesses recíprocos de Portugal e Castela.

O esponsalício nada trouxe de novo em suas feições pragmáticas.

Estavam presentes o rei e sua consorte D. Beatriz, a nobreza que abarrotava a catedral e os noivos atônitos, perplexos diante de tanta pompa e pouco amor.

Pelo inusitado desses fatos, mais tarde voltaremos a eles. Se não para justificar o amor extemporâneo que já se manifestava entre D. Pedro e Inês de Castro, filha bastarda de influente nobre da corte de Castela e dama de companhia de D. Constança, a esposa escolhida, ao menos para mostrar como eram tratados os